

FOLHA DE SAO PAULO
28 SET 1988

Supermercado programa reajuste para absorver os custos da Carta

Da Sucursal do Rio

e da Reportagem Local

Os supermercados terão que majorar os preços de suas mercadorias para absorver o aumento da folha de salários que será onerada na média em 15% por causa dos novos direitos trabalhistas que entrarão em vigor com a promulgação da Constituição. Segundo a assessoria econômica da Abras (Associação Brasileira dos Supermercados), os supermercados teriam que majorar as suas mercadorias em 2%, em média, se resolvessem repassar integralmente aos consumidores esse aumento de 15% da folha de salários. Os supermercados, segundo a Abras, deverão entretanto reduzir custos para não majorarem excessivamente os preços num momento em que as vendas estão arrefecidas.

O professor da Universidade de Brasília, Dércio Munhoz, disse que para a economia os novos direitos trabalhistas deverão onerar a folha de pagamentos das empresas brasileiras em 10%. No caso dos supermercados, acrescentou, essa majoração pode chegar a 15% por tratar-se de um setor que emprega mais mão-de-obra. A majoração média de 10%, segundo Munhoz, deve representar um impacto inflacionário de 2,2%, considerando que os encargos sociais dos assalariados com carteira assinada representam cerca de 22% da renda nacional.

A empresa de consultoria Arthur Andersen estimou em 16,44% a majoração da folha de salários de uma empresa do setor de comércio que emprega, em três turnos, 556 funcionários, incluindo 200 mulheres. A redução da jornada de

trabalho de 8 horas para 6 horas representará nesta empresa um aumento de 9,6% da sua folha de salários.

O presidente da Associação Comercial de São Paulo, Romeu Trussardi, 58, disse ontem à tarde que a nova constituição trouxe vários encargos para os comerciantes e que eles pesam de maneira diferente em cada empresa. Ele afirmou que os novos encargos sociais deverão ser absorvidos "de uma maneira ou de outra". Ele disse que o simples repasse dos custos ao preço final do produto é uma situação muito comôda. Assim, ele acredita que o aumento de preços só acontecerá nos setores que o mercado permitir.

Para o presidente da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, Abram Szajman, 49, o problema será discutido a médio prazo.

Luciano Andrade